

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

ADRIANE DA SILVA PIMENTEL

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE
TABAÍ**

Tabaí/RS

2022

ADRIANE DA SILVA PIMENTEL

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE
TABAÍ**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Daniela Oliveira

Coorientadora: Tutora Mestra Marilene

Cassel Bueno

Tabaí/RS

2022

ADRIANE DA SILVA PIMENTEL

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE
TABAÍ**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 11 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra Daniela Oliveira – Orientadora
UFRGS

Me. Daniela Dias Kuhn
UFRGS

Profa. Dra. Eliziane Nicolodi F. Ruiz
UFRGS

Dedicatória

Dedico este trabalho as famílias de agricultores familiares do município de Tabaí, que com esforço, dedicação, comprometimento e dignidade contribuem para o desenvolvimento da sociedade.

Dedico também para o Sr. Juarez de Souza e Sra. Juraci Machado de Souza por não me deixar desistir e me mostrar que sou capaz de alcançar meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a DEUS, pois sem ELE não chegaria até aqui. Agradeço por estar sempre ao meu lado permitindo concretizar esse sonho! A UFRGS e ao Polo de Santo Antônio da Patrulha pela oportunidade de cursar uma faculdade tão disputada e renomada.

Ao coordenador do curso, tutores, professores pelos ensinamentos e experiências passadas no decorrer do curso. Aos colegas pela parceria e companheirismo nos últimos anos. Aos agricultores Sr. Alfredo de Oliveira Azevedo e sua esposa Sra. Janete Francisca Müller Azevedo, Sr. Celso dos Reis Borba e sua esposa Sra. Liane Marques Borba por me oportunizarem a estagiar nas suas propriedades. À secretária da agricultura de Tabai/RS Andressa Machado Martins. À minha família e amigos que sempre estiveram ao meu lado me dando força para continuar a longa caminhada até a formatura.

Agradeço ao meu esposo Luís Carlos pelo estímulo, compreensão, paciência. Por entender a ausência em certos momentos por estar focada na faculdade. Aos meus filhos João Guilherme e João Miguel pela ausência na vida deles em alguns momentos e a compreensão.

As minhas amigas e companheiras de trabalho Jaqueline de Souza e a minha grande amiga e secretaria Andressa Machado Martins pelos dias de escuta, conselhos e incentivo a não desistir do curso.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Toda ação humana, quer se torne positiva ou negativa, precisa depender de motivação humana.” (Dalai Lama)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Tabaí/RS, identificando os benefícios do Programa para as famílias de agricultores rurais e para as famílias beneficiárias, além de seus desafios e potencialidades. Para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa com as famílias de agricultores familiares e com as famílias beneficiárias, através de entrevistas semiestruturadas. Os dados foram analisados através de análise de conteúdo em categorias temáticas. Os resultados obtidos demonstram que o Programa de Aquisição de Alimentos contribui para a melhora na alimentação das famílias beneficiadas, com mais variedade e quantidade de alimentos. Também se observa uma melhoria na renda das famílias de agricultores beneficiados. Há vários desafios encontrados no programa como a duração e permanência do mesmo, tendo o PAA muito a evoluir no município para continuar beneficiando tanto os agricultores quanto às famílias beneficiadas com o Programa. A Emater/RS tem um papel importantíssimo no município com os agricultores, auxiliando tanto na parte técnica agropecuária quanto na parte técnica social para um bom desempenho do Programa.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos. Agricultura familiar. Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the Food Acquisition Program in the municipality of Tabaí/RS, identifying the benefits of the Program for rural farming families and beneficiary families, in addition to their challenges and potential. For this, a qualitative research was carried out with the families of family farmers and with the beneficiary families, through semi-structured interviews. Data were analyzed through content analysis in thematic categories. The results obtained show that the Food Acquisition Program contributes to the improvement in the diet of the beneficiary families, with more variety and quantity of food in the meals served to their children and family members. There is also an improvement in the income of the beneficiary farmers' families. There are several challenges encountered in the program, such as duration and permanence of the same, with the PAA having a lot to evolve in the municipality, benefiting both farmers and families benefiting from the program. Emater/RS has a very important role in the municipality with the farmers, helping both in the agricultural technical part and in the social technical part for a good performance of the program.

Keywords: Food Acquisition Program. Family farming. Food and nutrition security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do município.....	20
Figura 2: Propriedade da Família 01.....	26
Figura 3: Cesta com produtos da agricultura familiar.....	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação das famílias de agricultores que responderam à pesquisa.....	22
Quadro 2: Produtos oriundos da agricultura familiar.....	22
Quadro 3: Relação das famílias beneficiárias que responderam à pesquisa.....	24
Quadro 4: Desafios e potencialidades do PAA no município de Tabaí/RS.....	29

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil e na localização dos domicílios (urbana e rural). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.....19
- Gráfico 2:** Montante de recursos investidos pelo governo federal em compras do PAA, em todas as modalidades – Brasil e Grandes Regiões.....23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema.....	14
1.2 Justificativa.....	14
2 OBJETIVOS	15
2.1. Objetivo geral	15
2.2 Objetivos específicos.....	15
3. METODOLOGIA.....	13
4. REVISÃO DA LITERATURA	12
4.1. Algumas informações sobre segurança alimentar e nutricional	12
4.2. Políticas públicas para a agricultura familiar e a segurança alimentar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	14
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
5.1. O município de Tabai/RS	12
5.2 Execução do PAA no município de Tabai/RS	13
5.3. Alimentos produzidos e comercializados pelos agricultores beneficiados	13
5.4. Benefícios e desafios gerados pelo PAA no município	15
5.4.1 A importância do PAA para a agricultura familiar de Tabai/RS.....	15
5.4.2 A importância do PAA para as famílias beneficiadas de Tabai/RS	17
5.4.3 Desafios e potencialidades do PAA no município de Tabai/RS	18
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
7. REFERÊNCIAS	21
APÊNDICES	24
APÊNDICE A – Questionário aplicado nas famílias de agricultores e beneficiários	24
APÊNDICE B - Termo De Consentimento Informado	12

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, e possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação pela população e promover a comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentada por diversos Decretos, sendo que está em vigência o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012 (BRASIL, 2012).

Por meio do Programa, o Estado adquire alimentos da agricultura familiar, sem necessidade de licitação, e os destinam às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, à rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2012). Os alimentos comprados e sua respectiva destinação dependem da modalidade do PAA pela qual os produtos são adquiridos. O PAA possui seis modalidades: Compra com Doação Simultânea; Compra Institucional; PAA Leite; Compra Direta; Formação de Estoques e Aquisição de Sementes (BRASIL, 2003).

O município de Tabaí/RS vem, desde 2019, executando o PAA, através de convênio com o governo do Estado, na modalidade de Compra com Doação Simultânea - Termo de Adesão. Neste propósito a Emater/RS-ASCAR juntamente com a Secretaria da Agricultura do município vêm trabalhando com os agricultores a diversificação produtiva a fim de melhorar a oferta de alimentos e a renda das famílias.

1.1 Problema

Quais os benefícios e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos para a agricultura familiar e para as famílias beneficiadas no município de Tabáí/RS?

1.2 Justificativa

Boa parte das famílias urbanas e rurais do município de Tabáí/RS se encontram em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. O Programa de Aquisição de Alimentos tem o objetivo de melhorar a segurança alimentar das famílias e a renda das famílias fornecedoras de alimentos. Deste modo considera-se importante avaliar os impactos do PAA entre as famílias beneficiárias e famílias agricultoras no município.

2 OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Analisar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Tabaí/RS, identificando os benefícios do Programa para as famílias de agricultores rurais e para as famílias beneficiárias, além de seus desafios e potencialidades.

2.2 Objetivos específicos

- (a) Descrever a execução do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Tabaí/RS;
- (b) Identificar os alimentos produzidos pelos agricultores familiares e entregues para o Programa;
- (c) Analisar os principais desafios e benefícios gerados pelo Programa no município.

3. METODOLOGIA

O atual estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com os agricultores familiares que fornecem alimentos para o PAA no município e com as famílias beneficiárias do programa. Para a produção de dados da pesquisa serão realizadas entrevistas semiestruturadas (GERHARDT, 2009).

A pesquisa qualitativa não se preocupa com a representação numérica, mas aprofunda a compreensão de grupos sociais, organizações, etc. (GOLDENBERG, 1997, p.34). Minayo (2001), a pesquisa qualitativa envolve significados, motivações, desejos, crenças, valores e atitudes, que correspondem a relações, processos e fenômenos mais profundos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicou-se inicialmente à pesquisa antropológica e sociológica, expandindo seu campo de atuação para áreas como psicologia e educação, em contraste com a pesquisa quantitativa dominante. A pesquisa qualitativa tem sido criticada por seu empirismo, subjetividade e envolvimento emocional dos pesquisadores (MINAYO, 2001, p. 14).

Com os agricultores as entrevistas abordaram os seguintes tópicos; renda, ocupação, quanto tempo moram na propriedade, se pretendem continuar na propriedade, como é feita a comercialização, produção, quantidade produzida de alimentos, tipos de alimentos. No Programa está cadastrado o total 22 (total de 320 famílias cadastradas no sistema da Emater/RS – ASCAR como agricultores de subsistência e agricultores de sobrevivência) agricultores aptos a entregarem alimentos para aquisição e formação das cestas de hortaliças e alimentos. Selecionou-se 04 agricultores para responder a pesquisa pela semelhança da produção e vida familiar.

No quadro abaixo (quadro 01) a relação das famílias entrevistadas de agricultores que respondem a pesquisa:

Quadro 01: Relação das famílias de agricultores entrevistados

Interlocutor	Idade	Nº pessoas na unidade produtiva	Renda familiar	Ocupação	Arranjo familiar
Entrevistado 01	41	04	4 salários	Agricultor	Casado, mora com esposa e dois filhos
Entrevistado 02	68	02	2 salários	Agricultor, aposentado	Casado, mora com a esposa.
Entrevistado 03	39	04	2 salários	Agricultor	Casado, mora com a esposa e dois filhos.
Entrevistado 04	42	02	2 salários	Agricultora	Solteira, mora com a avó.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022)

Em relação às famílias beneficiadas com o programa, segue abaixo os tópicos segundo as entrevistas. No quadro abaixo segue os dados coletados.

Quadro 02: Relação das famílias beneficiadas entrevistadas com alimentos do PAA

INTERLOCUTOR	IDADE	Nº PESSOAS na casa	RENDA	OCUPAÇÃO	ARRANJO FAMILIAR
Entrevistada 01	42	04	1 ½ salário	Do Lar	Separada, mora com três filhos.
Entrevistada 02	45	02	1/2 salário	Do lar	Casada, mora com três filhos.
Entrevistada 03	40	05	2 Salários	Serviços Gerais	Casada, mora com três filhos.
Entrevistada 04	78	02	1 salário	Aposentada	Mora com o filho

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022)

Os participantes foram selecionados através de contatos prévios tendo em vista que a pesquisadora tem contato direto com os mesmos, devido ao fato da mesma trabalhar na Emater/RS-ASCAR, e ter um contato mais aprofundado.

Para a análise dos dados empregou-se as técnicas propostas por Minayo (2001), que propõem as seguintes fases:

- i. Pré-análise: a fase de organização e sistematização do conteúdo, retomada do objetivo da pesquisa;
- ii. Leitura do material, definição de palavras-chaves ou frases;
- iii. Elaboração de indicadores que irão nortear a interpretação final;
- iv. Exploração do material: que objetiva a organização e codificação do texto e a construção das categorias e dos núcleos de análise;
- v. Interpretação dos depoimentos: nesta fase, os dados são submetidos a análises com interpretações e discussões teóricas e de acordo com a literatura.

4. REVISÃO DA LITERATURA

4.1. Algumas informações sobre segurança alimentar e nutricional

De acordo com a POF para 2017-2018, o Brasil tinha 68,9 milhões de domicílios permanentes. Segundo a POF, a proporção de domicílios com insegurança alimentar leve era de 24,0%, 8,1% moderada e 4,6% grave. Considerando o nível de insegurança alimentar grave como o meio mais difícil de acesso às famílias de baixa renda, de acordo com os resultados da POF para 2017-2018, aproximadamente 3,1 milhões de domicílios estão em situação de desnutrição, afetando adultos, adolescentes e crianças. Nesses domicílios, houve mudanças nos padrões alimentares, onde a fome estava no centro, pelo menos de forma intermitente em intervalos de 3 meses. Na zona rural foi mais acentuado, onde a proporção de insegurança alimentar grave foi de 7,1%, porém, quase três por cento maiores do que a observada na zona urbana (4,6%) (IBGE, 2019). Estes e outros dados que avaliam a situação de segurança alimentar e nutricional demonstram que a população rural costuma ser mais vulnerável a situação de insegurança alimentar.

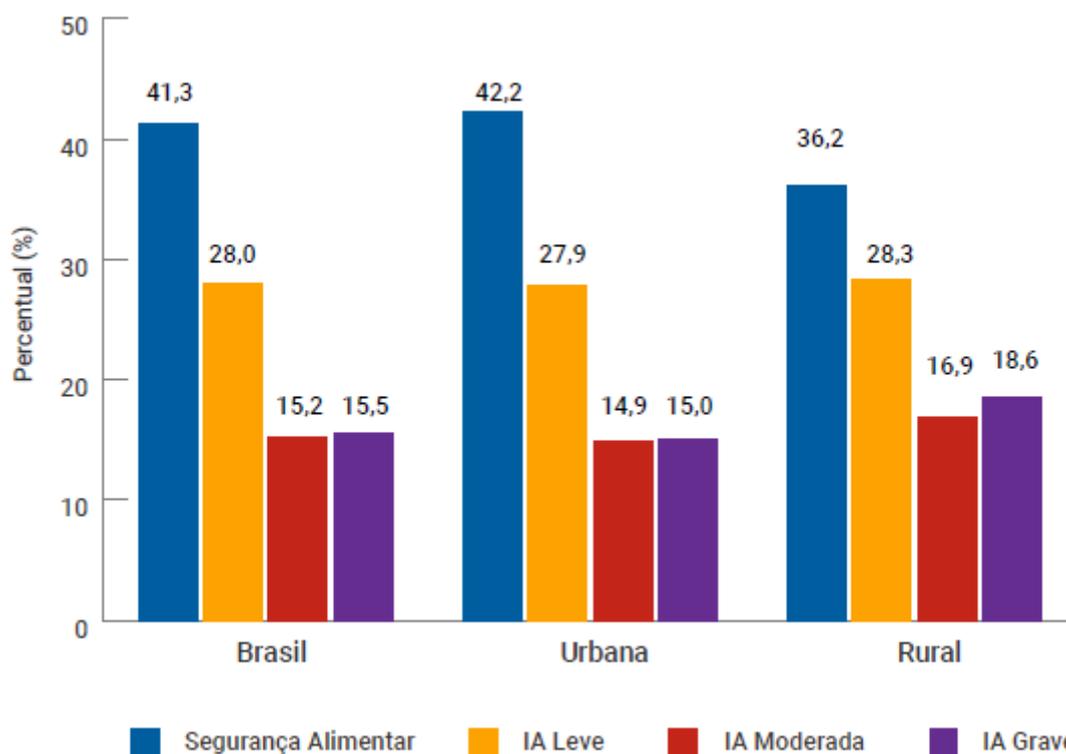
Nesse contexto, enfatiza-se que a insegurança alimentar e a desnutrição afetam igualmente diferentes segmentos da sociedade e são determinadas por fatores econômicos, políticos, ambientais, educacionais, entre outros (Comitê Mundial de Segurança Alimentar, 2017).

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VISISAN, publicado em 2022, mostra o agravamento desta situação:

Entre o final de 2021 e início de 2022, os moradores de pouco mais de 40% dos domicílios tinham garantia de acesso pleno aos alimentos, ou seja, viviam em SA. Em 28,0% deles havia referência à instabilidade na alimentação dos moradores – traduzida pela preocupação quanto à possível incapacidade de obter alimentos no futuro próximo e comprometimento da qualidade da alimentação – ou experiência de IA leve. Em 1/3 dos domicílios (30,7%) já havia relato de insuficiência de alimentos que atendessem às necessidades de seus moradores, ou seja, IA moderada ou grave, dos quais 15,5% conviviam com experiências de fome.

A condição alimentar dos moradores em áreas rurais do país foi pior, comparativamente aos de áreas urbanas, com a IA atingindo mais de 60% dos domicílios, e com prevalências mais elevadas nas suas formas mais severas, com IA moderada e IA grave em 16,9% e 18,6%, Respectivamente (p.37).

Gráfico 1: Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil e na localização dos domicílios (urbana e rural). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Fonte: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VISISAN

De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº. 11.346/2006), entende-se como Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a efetivação do direito de todos ao acesso à alimentação de qualidade de forma regular, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em hábitos alimentares e respeito à diversidade cultural, econômica e social. A mesma Lei define insegurança alimentar leve quando há receio de passar fome em um futuro próximo; insegurança alimentar moderada quando há restrição na quantidade de comida para a família e insegurança alimentar grave nos casos de falta de alimento na mesa.

Os compromissos assumidos pelo governo federal desde 2003, com o objetivo de combater a fome e a pobreza no país, nortearam o desenvolvimento da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como política de Estado. Desta forma a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) estabelece que [...] o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos,

programas e ações no intuito de assegurar o direito humano à alimentação adequada, os estoques públicos de alimentos, o acesso ao alimento” (BRASIL, 2006).

No âmbito da LOSAN foi restabelecido o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN), com o objetivo de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Desde sua criação, avanços legais e institucionais garantiram sua constituição como estrutura responsável pela implementação e cogestão da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos níveis estadual, federal e municipal. Essa formulação ocorre gradativamente, em um processo contínuo de comprometimento, articulação e priorização política dos setores envolvidos (BRASIL, 2006).

4.2. Políticas públicas para a agricultura familiar e a segurança alimentar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

As políticas públicas atuantes junto à agricultura familiar surgem a partir dos interesses ou a partir de pressões da população e suas representações, por isto a grande importância da participação da comunidade. No caso do PAA a bibliografia afirma que:

O [...] PAA resultou de reivindicações da sociedade civil organizada, de acadêmicos e de movimentos sociais, os quais demandaram políticas públicas de apoio à agricultura camponesa, sobretudo na década de 1990. Tais demandas culminaram na implementação de importantes ações que contemplaram tanto a pauta de incentivo à produção e à criação de canais de comercialização para agricultura familiar, quanto a temática da SAN nos meios urbano e rural, refletindo também na recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), importante órgão de articulação entre governo e sociedade civil (GRISA, 2018; SCHEUER et al., 2017; VIEIRA; DEL GROSSI, 2008 apud IPEA, 2021, p.19).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é criado pelo Art. 19, da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que se enquadra no âmbito do Programa Fome Zero e tem duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e promover a comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar. (Brasil, 2012). Cabe destacar que essas ações como o PAA promovem a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e valorizam os produtos da agricultura familiar (GRISA, SCHNEIDER, 2015).

O objetivo principal do Programa Fome Zero é combater a fome e suas causas estruturais de exclusão social, e garantir a segurança alimentar dos brasileiros, a partir de três dimensões, ou conjunto de ações: (a) conjunto de políticas públicas; (b) estruturação participativa das políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional; e (c) grandes

esforços coletivos de combate à fome em três setores (federal, estadual e municipal) e em todos os ministérios (WWP, 2016).

É importante ressaltar que quando o Programa foi implantado no Brasil em 2003, 44 milhões de pessoas encontrava-se em situação de fome no país. O Programa Fome Zero consiste em mais de 30 programas complementares, implementados pelo ou com o apoio do governo federal, que trabalham para erradicar as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar (Brasil, 2003). Uma dessas ações é incentivar a agricultura familiar por meio de programas como o PAA.

De acordo com Maluf, 2001;

A criação do PAA tem como objetivo romper com o círculo vicioso da fome, provocado pela falta de políticas que criem novas oportunidades de emprego e renda, evidenciando assim uma forma integrada de se pensar tanto as políticas sociais como aquelas destinadas à agricultura, já que privilegia a agricultura familiar. Isso porque, “viabilizar a produção agroalimentar é, ao mesmo tempo, enfrentar a pobreza rural e um dos principais focos de insegurança alimentar” (MALUF, 2001, p. 166).

Enfatiza-se também que o PAA derrubou importantes barreiras institucionais, como as licitações e, com isso, abriu um novo caminho para o mercado institucional da agricultura familiar. A execução do Programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes.

A Compra Institucional, modalidade que permite os órgãos estaduais, municipais e federais adquirir alimentos da agricultura familiar, por meio de chamadas públicas, utilizando recursos financeiros próprios e sem a necessidade de licitação, foi incluída em 2012 (BRASIL, 2012). Na prática, isso significa acesso ao mercado de alimentos necessário em hospitais, quartéis, presídios, refeitórios universitários, cantinas de creches e escolas beneficentes (GRISA, SCHNEIDER, 2015). Essas iniciativas estimularam os governos estaduais a estabelecer suas próprias estratégias de compras públicas e incentivaram as organizações da agricultura familiar a demandar e criar novos mercados públicos e privados.

Devido à estiagem prolongada em 2013, foi promulgada legislação que oportunizou a compra de produtos de ração animal e a venda com desconto (preços baixos) aos agricultores familiares dentro do PAA. Em 2013, uma operação da Polícia Federal, denominada Agro Phantom, investigou denúncias de imperícia e desvios nas operações da Conab em determinadas áreas (BRASIL, 2012). A ação teve impacto na implementação do Programa

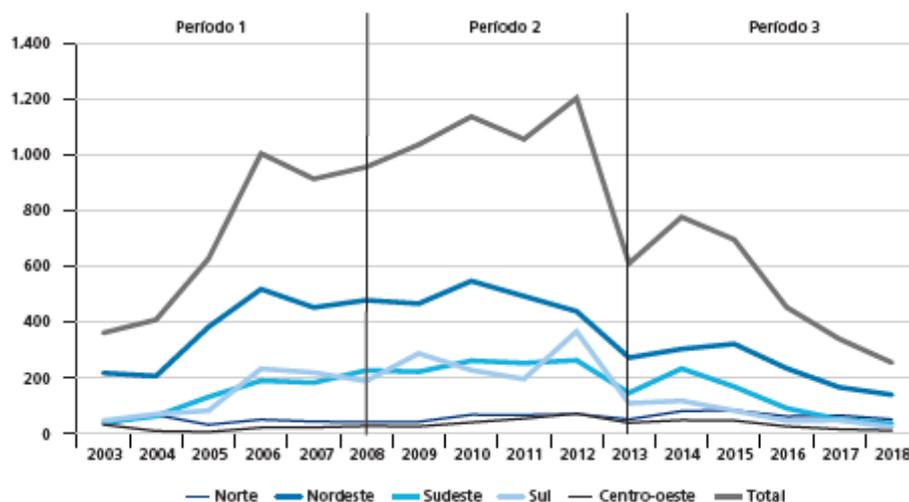
naquele ano e envolveu a revisão de alguns procedimentos operacionais e mecanismos de controle.

Em 2014, o PAA realizou sua reunião de dez anos e lançou o modelo de aquisição de sementes, juntamente com algumas definições adicionais de aquisições institucionais com o objetivo de ampliar seu alcance.

Em decorrência das infrações apuradas, novas exigências foram impostas sobre a destinação dos alimentos adquiridos pelo PAA, a Conab reformulou seu manual de operação, regulamentando todos os aspectos de compras, bem como as regras de formação de estoque e a aquisição de sementes.

Sobre resultados do PAA o Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021) revela que 83% dos municípios brasileiros foram beneficiados com investimentos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre 2011 e 2018. Neste mesmo período os incentivos somaram R\$ 3,5 bilhões, com recursos públicos, do Ministério da Cidadania e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que, além de beneficiar a agricultura familiar, viabilizaram ações de segurança alimentar voltadas à população mais vulnerável. Esses investimentos permitiram distribuir cerca de 2 milhões de toneladas de produtos, adquiridos de quase 455 mil agricultores. A região Nordeste registrou os maiores montantes de compras (R\$ 2,3 bilhões), beneficiando cerca de 210 mil agricultores, em 1.607 municípios (IPEA, 2021).

Gráfico 2: Montante de recursos investidos pelo governo federal em compras do PAA, em todas as modalidades – Brasil e Grandes Regiões (2003-2018) (Em R\$ milhões).



Fonte: Sambuichi *et al.* (2019) apud Ipea (2021).

Analisando os valores anuais de investimento entre 2003 e 2018, observou-se que antes de 2006 havia uma forte tendência de alta no investimento de recursos no programa. Depois disso, o valor cresceu lentamente, oscilando em um patamar acima de 850 milhões de reais para 1,2 bilhão de reais em 2012. No entanto, devido à crise fiscal do governo federal, o valor investido diminuiu significativamente em 2013, recuperou-se ligeiramente em 2014 e voltou a cair a partir de 2015, o que levou a cortes orçamentários significativos para todos os programas sociais. O menor valor para o período ocorreu em 2018 quando foram investidos apenas 253 milhões de reais, valor relativamente inferior ao valor do primeiro ano do programa, levando em conta as correções cambiais (IPEA, 2019).

Esses dados mostram que nos últimos anos o programa começou a passar por um processo de esvaziamento de recurso, o que impacta na sua execução.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. O município de Tabai/RS

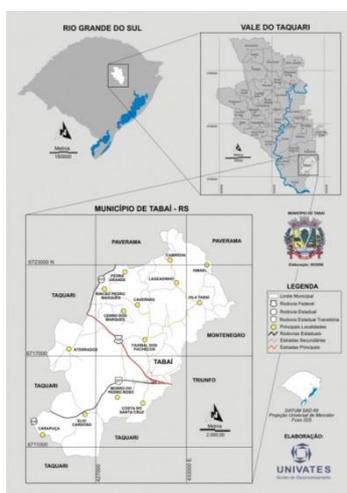
O município de Tabai está localizado na Região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, possui uma área territorial de 94,76 km² com uma população estimada em 2021 de 4.816 habitantes, com base no censo do IBGE, de origem basicamente açoriana e portuguesa, destes 70% (2.885 habitantes) residem na zona rural. Possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,701, com a expectativa de vida de 75 anos. Com um total de 155 famílias inscritas no Cadastro Único em julho de 2021 (IBGE, 2021).

O município é essencialmente agrícola sendo a agricultura o principal componente na formação do PIB, a renda Per Capita de 2018 ficou em torno de R\$ 17.437,52 com a Participação Estadual de 0,02%, Posto/Ranking Estadual 382. A participação estadual do PIB justifica-se por se tratar de um município essencialmente agrícola sem beneficiamento da matéria prima.

Conforme o Censo Agropecuário (IBGE 2017) existe 935 estabelecimentos rurais. A população rural é formada basicamente por agricultores familiares, correspondente aproximadamente 98% das propriedades rurais, responsáveis pelo setor primário que se baseia principalmente na silvicultura em sua maior totalidade, bovinocultura leiteira, avicultura de corte, criação de suínos de terminação pra abate, carvão vegetal.

É possível entender a geografia do município ao observamos o mapa abaixo (Figura 2), que apresenta de maneira mais clara a posição geográfica do município de Tabai/RS, oportunizando assim um entendimento sobre área de habitação do mesmo.

Figura 1: Mapa localização Município de Tabai/RS



Fonte: Escritório Municipal da Emater/RS – ASCAR – Tabai/RS.

5.2 Execução do PAA no município de Tabai/RS

No município de Tabai/RS, o PAA é executado na modalidade de doação simultânea em que os alimentos são comprados de agricultores familiares e doados à famílias em situação de vulnerabilidade social. Em 2018 o Município aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Convênio via Estado, e em maio de 2019 começou a executar o Programa com R\$ 50.000,00 de recurso liberado para a compra direta dos agricultores.

Na execução do Programa foi fundamental a participação do escritório municipal da Emater/RS – ASCAR, que forneceu assistência técnica às famílias que estão no PAA, organizando o grupo de produtores, fazendo reuniões, auxiliando no planejamento do plantio conforme a época de produção de cada cultura. Também auxiliou na programação das entregas e organização das cestas de alimentos. O total de 22 agricultores está cadastrado no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA), no entanto nem todos entregam todos os meses, alguns somente em épocas específicas de sua safra, distribuídos nas 14 localidades do município de Tabai/RS.

As cestas montadas foram entregues junto ao CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), que era responsável por organizar as entregas e distribuir às famílias beneficiadas, fazendo um rodízio entre as famílias em vulnerabilidade social e que também atuou na seleção das famílias beneficiárias do Programa no município. Em Tabai/RS em torno de 150 famílias já receberam as cestas.

5.3. Alimentos produzidos e comercializados pelos agricultores beneficiados

A seguir, o quadro 3 demonstra os produtos adquiridos da agricultura familiar para montar as cestas entregues para as famílias em vulnerabilidade social do município.

Quadro 3: Produtos Oriundos da agricultura familiar que fazem parte da composição de cestas do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, no município de Tabai/RS.

PRODUTO	VALOR KG	QUANT. KG	VALOR TOTAL
Abacate	2,73	26	70,98
Abóbora	1,69	992	1.676,48
Alface	2,7	426,5	1.151,55
Alho	15,75	9	141,75
Almeirão	6,02	170	1.023,4
Batata Doce	1,6	40	64

Beterraba	2	248	496
Brócolis	4,93	101	497,93
Bolacha	9,84	374	3.680,16
Bolo Cuca	14,57	354	5.157,78
Cebola	2,08	67	139,36
Cenoura	2,38	47	111,86
Chuchu	2,13	218	464,34
Chicória	2,47	19	46,93
Couve Chinesa	2,19	144,5	316,455
Couve Manteiga	2,41	331	797,71
Couve Flor	1,35	75	101,25
Espinafre	2,65	113	299,45
Laranja Comum	1,38	250	345
Limão	2,88	28,5	82,08
Mel de Abelha	17,83	210	3.744,3
Milho Espiga	2,48	664	1.646,72
Moranga Cabotiá	1,25	825	1.031,25
Morango	12,67	272	3.446,24
Ovos de Galinha	6,6	592,5	3910,5
Pepino Comum	1,98	22	43,56
Pimentão Verde	3,54	83	293,82
Rabanete	2,16	69	149,04
Radite	6,02	14	84,28
Raiz de Mandioca	1,43	752	1.075,36
Repolho	1,02	1.489	1.518,78
Rúcula	7,67	125	958,75
Tangerina	1,57	215	3.37,55
Tempero Verde	15	360	5.400
Tomate Cereja	9,23	376	3.470,48
Vagem	6	3	18
Total		10105	43.793,095

Elaborado pela autora com base em informações do PAA no município de Tabai/RS (2022)

Os dados do Quadro 3 demonstram todos os produtos adquiridos pelo Programa em 2020/2021, no município. Verifica-se que foi movimentado no município o montante de R\$ 43.793,095 em 2020/2021. Ainda, com base no quadro acima se observa que os produtos mais produzidos e entregues ao PAA foram repolho, abóbora e moranga. Salienta-se que os produtos adquiridos foram 100% *in natura* (legumes, hortaliças e frutas) adquiridos de agricultores do município, os produtos das agroindústrias são oriundos de municípios vizinhos (Ovos, bolacha, bolo cuca, mel). Nesse mesmo sentido, um estudo realizado no estado do Rio Grande do Sul por Neves e Tabai (2018) constatou que os produtos mais comercializados em 2015 foram cereais e leguminosas, com produção de 36,85 toneladas ou

40% das compras. Em 2016, o produto mais comercializado foram as hortaliças, 41,65 toneladas.

Desse modo, observa-se que o Programa vem contribuindo para a promoção da alimentação saudável e adequada, pois como orienta o Guia Alimentar para a população brasileira, alimentos *in natura* ou minimamente processados, devem ser à base de alimentação das pessoas (BRASIL, 2014).

5.4. Benefícios e desafios gerados pelo PAA no município

5.4.1 A importância do PAA para a agricultura familiar de Tabaí/RS

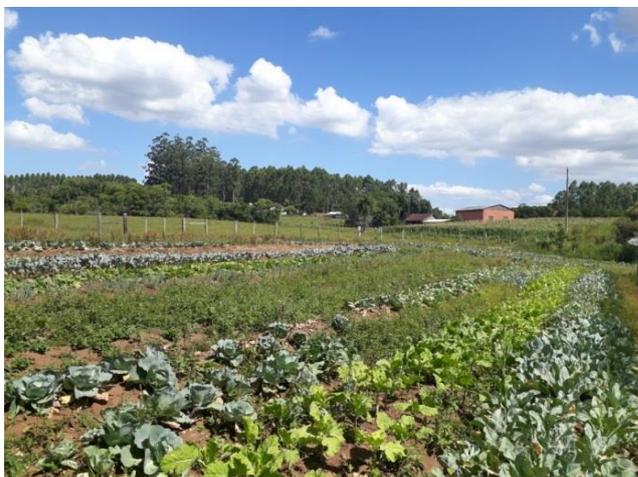
Entre os agricultores entrevistados a melhoria na renda das famílias devido a comercialização dos alimentos, foi apontada como o principal benefício do Programa, demonstram os trechos de entrevista a seguir:

“Pra nós, foi muito importante agora meu marido trabalha na propriedade junto com a família, antes trabalhava cortando mato”. Com o aumento da produção e venda de hortaliças veio ajudar-me casa nas estufas e na roça (Agricultor Família 01).

“Ajuda bastante, porque a aposentadoria não é o suficiente para termos uma vida estável. Também me sinto vivo trabalhando, fazendo o que gosto, mexendo na terra, plantando e colhendo alimentos” (Agricultor Família 02).

“Pra mim foi muito importante, porque tinha construído a estufa e precisava começar a vender meus tomates”. Assim consegui muitos clientes para comprar os tomates. Como cuida da minha vó, a renda das hortaliças veio em uma hora boa, porque agora consigo ter minha renda e aumentar minha produção com isso expandindo a venda (Agricultora Família 04).

Figura 2: Propriedade família 01 entrevistada



Fonte: Foto Cedida pela coordenação do PAA no município

A foto acima é da propriedade da família 01, onde produzem verduras e legumes para o PAA, PNAE, Feiras e vendas diretas ao consumidor, em uma área de 4 hectares próprios, além do uso de uma parte da terra do irmão que fica ao lado da propriedade. Na área foi plantado, repolho, alface, cenoura, couve manteiga, couve chinesa, beterraba, rúcula, brócolis, couve flor, cenoura, salsinha, cebolinha entre outros legumes. Há também na propriedade duas estufas de morango.

É possível compreender a importância do PAA junto à agricultura familiar, pois gera renda garantida que contribuiu para que as famílias do campo conseguissem buscar por seu sustento sem a necessidade de se ausentar da propriedade. Obter o sustento que vem da terra, através do trabalho familiar é o grande diferencial deste programa. Esse aspecto vai ao encontro dos objetivos do programa, de promoção e valorização da agricultura familiar (BRASIL, 2003).

Na entrevista com os agricultores percebe-se que o programa trouxe condições deles trabalharem na sua propriedade, tirando dela o seu sustento sem a necessidade de sair para trabalhar fora. Também há um desejo dos agricultores que o programa seja contínuo, pois como é feito através de convenio tem prazo para início e término. Não tendo um espaço entre um convenio e outro, sem ter para quem vender sua produção. Conforme relatos abaixo:

“Pra nós foi muito bom, meu marido deixou o corte de mato para ajudar na lavoura, plantando, cultivando, colhendo e entregando as verduras” (família 01).

“Tinha que ser contínuo, pois assim teríamos garantia de que nossa produção terá mercado, e ao mesmo tempo teremos renda oriunda da propriedade” (família 02).

Entre as famílias de agricultores do programa ressaltam a grandeza do programa quando em atuação, pois oferta uma busca por novas condições de vida, ou seja, novas oportunidades, e também é uma oferta para os mais novos que ainda não tem uma perspectiva de vida por residirem em um município pequeno.

O trabalho de Almeida *et al.* (2020) identificou que o PAA proporciona aumento dos salários e/ou da renda, já que representa impacto na produção como também na comercialização, possibilitando a garantia da venda e melhorando a qualidade da alimentação dos beneficiários fornecedor, que pratica o autoconsumo de alimentos produzidos, e consumidos, que passa a ter acesso aos alimentos diversificados do ponto de

vista nutricional. Ademais, incentiva o consumo de alimentos de qualidade, proporcionando ao público-alvo a melhoria na saúde.

5.4.2 A importância do PAA para as famílias beneficiadas de Tabaí/RS

Do outro lado, também há as famílias beneficiadas através das doações do Programa. Os dados empíricos demonstram que as famílias beneficiárias estão em situação de vulnerabilidade social com presença de membros com doenças crônicas, degenerativas, dependência química, depressão e outras enfermidades. Na maior parte das famílias apenas o marido trabalha, geralmente sem carteira assinada e quase nenhuma escolaridade, trabalhando por dia para garantir o sustento da sua família.

É importante destacar que o município de Tabáí/RS é um município pequeno essencialmente agrícola, com predominância da monocultura de eucalipto na região, gerando pouca oferta de emprego, desse modo, muitos moradores buscam emprego nas cidades maiores próximas ou trabalham como diaristas no corte de mato, nesse último caso a renda não é garantida.

A seguir, alguns trechos das entrevistas com as famílias beneficiadas destacam a importância que as doações representam para a alimentação das famílias:

“Pra mim foi muito importante as cestas, aumentou a diversidade de alimentos para servir as crianças, ao mesmo tempo uma alimentação mais saudável!” (família 03).

“O salário da aposentadoria não é o suficiente para comprar alimentos, remédios, etc. As cestas ajudam muito na alimentação, se faz uma sopa, um refogado e já se tem uma comida boa par mim e pro meu filho que mora junto comigo e não tem trabalho fixo” (família 04).

Figura 3: Cesta com produtos da agricultura familiar



Fonte: Coordenação do PAA no município de Tabáí/RS

A foto acima das cestas com os produtos adquiridos dos agricultores familiares, onde foram entregues as famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Tabai/RS, com os produtos adquiridos no programa, como podemos ver: cenoura, alface, cebolinha, salsinha, beterraba, brócolis, couve flor, raiz de aipim, espinafre, morangos, ovos, mel cuca recheada.

É importante frisar que muitas famílias passam por situações de insegurança alimentar severa, ocasionando restrições na alimentação e, através do PAA, recebem alimentos produzidos no interior do município, que chegam à mesa de quem mais precisa, ou seja, além da valorização da produção local o PAA também contribui para SAN. Esse potencial do PAA é muito importante considerando a realidade das famílias beneficiadas. Além disso, os dados da POF demonstram o aumento da insegurança alimentar nos últimos anos (IBGE, 2019), aspecto que reafirma a importância do Programa.

5.4.3 Desafios e potencialidades do PAA no município de Tabai/RS

O quadro 4 demonstra os desafios e potencialidades do PAA no município de Tabai.

Quadro 4: Desafios e potencialidades do PAA no município de Tabai/RS

Desafios	Potencialidades
Insegurança/Incerteza de duração do Programa; Local para venda; Preço; Mercado.	Produção Local; Diversidade de produtos; Qualidade; Produtos frescos; Aumento da renda.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2022)

Analisando os desafios que o programa ainda encontra no município foi observado que alguns produtores ainda se apresentam receosos em investir tanto tempo no cultivo de produtos, que assim como as hortaliças, quando prontas precisam ser consumidas logo, pois caso contrário, a mesma não será comercializada. Conforme as famílias falam:

“Tenho medo de aumentar a plantação e a diversidade e perder a maior parte da produção na lavoura e não ter onde vender” (Agricultor 03).

“A gente planta o que sabe que vai vender, se a gente investir e não ter venda perde-se dinheiro” (agricultor 02).

Tal fato ressalta sobre a importância de ser ter o apoio do poder público, pois agricultura familiar está ainda em processo de fortalecimento junto ao mercado consumidor, o que naturalmente oferta certos receios.

Os agricultores não tem local fixo para a venda de seus produtos, condição que consequentemente reduz a renda e a produção de verduras e hortaliças. Outro fator que dificulta a entrada de mais agricultores familiares no programa é o preço aplicado nos convênios, que vem tabelado conforme a tabela de preços Conab. Ainda, o mercado para colocar os produtos excedentes do programa, pois os agricultores têm medo de expandir a produção de hortaliças, verduras e frutas e não conseguirem venda para seus produtos, ficando com receio de aumentar a produção e perder na lavoura.

Em relação as potencialidades destaca-se a produção local que, consequentemente, contribui para a diversidade de produtos, alimentos frescos e mais saudáveis e o aumento da renda dos produtores. Nesse sentido, o PAA pode e deve estimular a produção de alimentos mais saudáveis e contribuir para a transição de uma matriz tecnológica convencional, altamente dependente de insumos externos à propriedade, para uma matriz de base agroecológica, pautada na produção de alimentos limpos, saudáveis sem agrotóxicos, que respeite os diversos modos de vida das populações do campo, fortaleça a cultura alimentar de cada região e promova a manutenção da sociobiodiversidade (BRASIL, 2010.p.29).

Além disso, o PAA pode possibilitar a alimentação mais saudável, uma vez que possibilita confecção de cardápio semanal, introdução de alimentos antes não consumidos, alimentação mais saudável e rica aos usuários, refletindo diretamente no estado nutricional de seu público. Esses aspectos são importantes tendo em vista que a SAN considera o acesso físico, social e econômico a uma alimentação segura, consumida em quantidade e qualidade suficiente, que cumpre com suas necessidades nutricionais e preferências alimentares (CFS, 2012).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar os benefícios do PAA para as famílias beneficiadas no município de Tabaí/RS. Constatou-se que o Programa contribui complementando a renda das famílias de agricultores e com o acesso a alimentos saudáveis por famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

Concluiu-se com a pesquisa qualitativa que o programa de aquisição de alimentos veio a incentivar os agricultores do município a produzirem alimentos saudáveis e diversificados para sua própria alimentação, assim como, abrindo a possibilidade de fornecer estes, a comunidade local.

No programa estavam cadastrados 22 agricultores, destes somente 05 agricultores continuam vendendo seus produtos na feira e também no PNAE, os outros estão produzindo somente para o autoconsumo. Porém tem-se feito um trabalho com os agricultores para os mesmos se inserirem nos programas de políticas.

No entanto, ainda são encontrados desafios relacionados principalmente a duração e permanência do Programa, gerando insegurança nos agricultores. Sendo assim, o PAA tem muito a evoluir dentro do município de Tabáí/RS, de forma a beneficiar de maneira ampla tanto os produtores quanto os beneficiados pelos alimentos.

O Escritório Municipal de Tabáí - Emater/RS tem um papel muito importante no contexto do Programa, auxiliando os agricultores nas questões técnicas no campo, como época de plantio, diversidade da propriedade, como também organizando o grupo de agricultores no planejamento dos plantios e das entregas e na organização das cestas a serem entregues às famílias beneficiadas.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. M. C. et al. **Redes e programas de segurança alimentar no município de Araraquara-SP como instrumentos de desenvolvimento rural**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 422-458, 2009. Acessado em 20 de março de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acessado em 20 de abril de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010; 26 ago. Acessado em 04 de abril de 2022.

BRASIL FOME ZERO: **Lições Principais**, Vídeo conferência: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, Peru e Venezuela, 14 de agosto de 2006, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), p. 4, item 2.3. Acessado em 15 de abril de 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União 2019; 1º jan. Acessado em 20 de março de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Relatório final Brasília: Presidência da República, 2014. Acessado em 20 de março de 2022.

CORDEIRO. A.. **Intervenções governamentais em segurança alimentar e nutricional com geração de renda e valorização da biodiversidade: Resultados do PAA. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília: [s.n], 2007. Acessado em 10 de abril de 2022.

DUPAS, G. **O discurso hegemônico do livre mercado e a vulnerabilidade dos grandes países da periferia: um balanço das décadas 1980-1990**. 2012. Trabalho apresentado na Jornada Temática “Abertura Econômica e Vulnerabilidade nos Grandes Países da Periferia”, São Paulo, 2012. Acessado em 02 de maio de 2022.

ECO, U. **A função dos intelectuais**. 2010. Disponível em: Acesso em: 10 fev. 2011. Nota: este é um texto que não apresenta características de artigo de periódico, livro, capítulo de livro, tese ou dissertação ou trabalho apresentado em evento publicado em anais. Acessado em 25 de maio de 2022.

EMATER/RS – ASCAR. Disponível em: WWW.emater.tche.br/site. Acessado em 22/03/2022.

EMATER/RS – ASCAR. Disponível em :
<http://www.emater.tche.br/site/busca.php?s=politicas+publicas#.YmczBdPMLIV>. Acessado em 20 de abril de 2022.

FURTADO, C.. **Formação Econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Nacional, 1970. Acessado em 02 de maio de 2022.

GARCIA CANCLINI, N. Campo intelectual y crisis socio-económica. In: ARROSA SOARES, M. S. (Org.). **Os intelectuais nos processos políticos da América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1985. p. 150-161. Acessado em 20 de março de 2022.

GERHARDT, T. E. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Acessado em 20 de março de 2022.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record 1997. Acessado em 22 de março de 2022.

GRISA, C., **Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas: v. 38 n. 1 – 2018. Acessado em 04 de abril de 2022.

GRISA, C.; Schneider, S.. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista da Economia e Sociologia Rural, 2014. Acessado em 21 de abril de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: segurança alimentar 2013**. Rio de Janeiro, 2014. Acessado em 10 de maio de 2022.

LEÃO M, Maluf RS. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos; 2012. Acessado em 15 de abril de 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. Acessado em 15 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acessado em 29 de março de 2022.

NETTO, C. G. A. M. **A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional**. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda de transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. Acessado em 22 de março de 2022.

PERES, T. H. A. **A proposta de um outro modelo para as políticas sociais**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005. Acessado em 22 de março de 2022.

WIKIPÉDIA **FOME ZERO**. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Fome_Zero#:~:text=Fome%20Zero%20foi%20um%20program

[a%20criado%20em%202003%2Cenfrentamento%20da%20fome%20e%20da%20mis%C3%A9ria%20no%20pa%C3%ADs](#). Acessado em 25 de abril de 2022.

WORLD WITHOUT POVERTY - - WWP. **Histórico do PAA brasileiro, 2016**. Disponível em: https://wfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PAA_historico_PT.pdf. Acessado em 02 de maio de 2022.

APÊNDICES**APÊNDICE A – Questionário aplicado nas famílias de agricultores e beneficiários**

Na tabela a baixo segue o questionamento realizado junto às famílias.

AGRICULTORES QUE ENTREGAM NO PAA
1. Idade? Tempo na propriedade? Renda?
2. Ocupação? Quantas pessoas?
3. Quanto tempo mora na propriedade?
4. Pretendem ficar na propriedade?
5. O que produzem na propriedade?
6. Quais os alimentos produzidos na propriedade?
7. Quantidade?
8. Conseguem comercializar/vender? Onde, de que forma?
9. O que o PAA trouxe de benefícios para a família?
10. Em seu ponto de vista melhorou a vida da família?
11. O que deveria ser melhorado no PAA?
FAMÍLIAS BENEFICIADAS
1. Idade? Renda? Ocupação? Quantas pessoas residem no domicilio?
2. Como é a situação da alimentação da família? Comer no dia/dia? Dificuldades para acessar alimentos? O que fazem p/ superar essas dificuldades?
3. Recebe alguma doação?
4. O que acha do PAA? A importância? Se é suficiente?
5. Recebem outro tipo de benefício?
6. Quais os benefícios o Programa trouxe para a família?
7. Sobre os alimentos, são de boa qualidade, estão satisfeitos?
8. Há algum alimento que venha na cesta que a família não consome? Pq?
9. Tem algo para melhorar no PAA?
10. Tem algum outro alimento que deveria ter na cesta?

APÊNDICE B - Termo De Consentimento Informado



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**título do projeto/tcc**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “título do projeto/tcc” – do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “**descrever os objetivos**”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “**Nome completo**” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

(Cidade local) , ____/____/2022